

A PEDAGOGIA NO EXÉRCITO E A ESCOLARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA

Amarílio Ferreira Neto – PROTEORIA/UFES

3. Cultura e Práticas Escolares

1 Introdução

A Pedagogia como teoria de orientação de processos educativos da sociedade civil tem sido objeto de pesquisa, sempre em evidência. Todavia, observa-se um certo esquecimento por parte da comunidade científica sobre o pensamento pedagógico de instituições militares.

Esta comunicação discute as motivações do Exército brasileiro, no pós-guerra do Paraguai até por volta de 1950, no sentido de qualificar a formação de seu oficialato, mas que também como instituição nacional organizada, acabou por impactar em áreas específicas, como a Educação Física.

O suporte teórico pode ser encontrado em Roger Chartier, Carlo Ginzburg, e Michel de Certeau. Esses referenciais são utilizados colaborativamente na abordagem das fontes. As formas de apropriação, os conceitos de circularidade de objetos culturais, de cultura ordinária, bem como as noções de uso, consumo, tática e estratégia são ferramentas à compreensão da ação intelectual do oficialato do Exército em diálogo com membros da sociedade civil de diferentes formações profissionais. A elaboração desse pensamento pedagógico foi captado tendo como fontes primordiais a Revista A Defesa Nacional e a Revista de Educação Física, ambas impressos oficiais do Exército.

2 A Instrução da Tropa e da Sociedade Civil

A necessidade de montar um sistema de ensino militar decorre, para o Exército, do forte desejo de modernização interna, presente desde a “questão militar”¹. O referido sistema de ensino é criado, considerando o fim precípua do Exército nacional, isto é, preparar-se para fazer a guerra, tarefa a ser conseguida obstinadamente no tempo de paz.

Para os “jovens turcos”², o Exército, além das funções de defesa interna e externa, possui uma função educativa: “elle [o Exército] tem igualmente uma função educativa e organizadora a exercer na massa geral dos cidadãos” (A Defesa Nacional, 1913, p. 2). Os cidadãos compõem os quadros do Exército como membros permanentes ou como membros transitórios: os permanentes são os oficiais e os transitórios são os soldados. Aos oficiais

¹ Movimento ocorrido no Exército após a Guerra do Paraguai que vai contribuir para dissolução da Monarquia em 1889.

² O mesmo que germanófilos. São oficiais brasileiros defensores do modelo alemão de Exército.

cabe o dever de criar a doutrina que garante a existência do “órgão supremo de nossa nacionalidade” e zelar pelo cumprimento “fiel” dessa doutrina.

Assim, a escola civil deve contribuir para que os futuros conscritos obtenham a robustez física e sanidade moral, que é a base do sucesso da educação, uma vez que

... a caserna é hoje, pois, uma escola cívica e militar, onde a educação moral cultiva os sentimentos da hygiene, preside ao desenvolvimento dos musculos, pela prática racional da gymnástica e pela preparação intensiva dos homens nos misteres propriamente militares (Carvalho, 1914, p. 140).

O estudo dos regulamentos garantem o domínio preciso tanto da doutrina como do método correspondente, que são os pilares para a manutenção do diálogo entre o oficialato, obedecidos, sempre, os princípios de hierarquia e disciplina de tal forma que é

... necessário ter uma Doutrina e um Methodo, que decorre della. Sómente dessa maneira poder-se-á conseguir que os officiaes de nosso Exercito encarem os problemas sob o mesmo ponto de vista e, em consequencia, obtenham soluções que jamais poderão ser contradictórias (Andrade e Portella, 1924, p. 246).

Na doutrina do Exército, ser disciplinado é aceitar com convicção e sem reservas a necessidade de uma lei comum, que regule e coordene os esforços dos seus quadros. Por isso, a educação militar considera fundamental o princípio da disciplina que é a completa submissão aos preceitos regulamentares e a obediência sem hesitação aos chefes, o que indica: “mais vale um exercito de carneiros commandados por leões, que um exercito de leões commandados por carneiros” (A Defesa Nacional, 1923, p. 833).

3 A Pedagogia no Exército

Pode-se dizer que os Regulamentos do ensino no Exército (1889-1945)³ foram grifados por duas formulações: a objetividade do ensino e a praticidade dos métodos e processos. Esses últimos levariam o ensino do “fazer para aprender” à utilização incessante do “laboratório”, do “trabalho de campo”, da “experimentação”, do “exercício aplicativo”. A propósito desse ensino, foi-se corporificando uma “doutrina didática moderna”, segundo a “Escola Ativa” e atenta à orientação advinda da Psicologia da aprendizagem.⁴

Apesar desse esforço pedagógico, são notórias as dificuldades para se implementar tal projeto. Todavia é razoável afirmar, que o ponto “fraco” do ensino no Exército não foi

³ Regulamentos de Ensino: 1890 - Reforma Benjamin Constant; 1905 - Reforma Mallet - Argolo; 1913 - Reforma Hermes da Fonseca; 1918 - Reforma Caetano de Faria; 1919 - Reforma Cardoso de Aguiar; 1924 - Reforma Setembrino de Carvalho - Tasso Fragoso; 1929 - Reforma Sezefredo dos Passos; 1934 - Reforma Góes Monteiro; 1940 e 1942 - Reformas Eurico Gaspar Dutra.

⁴ Estes assuntos estão presentes também com muita força na sociedade civil. Portanto, a partir de Chartier (1990), Ginzburg (1989) e Certeau (1994), a questão aqui é saber dos modos de apropriação, dos usos, do consumo, das táticas empregadas pelo Exército brasileiro no sentido de captar a cultura circulante (inclusive a cultura ordinária) nos diferentes estamentos sociais, para só então estabelecer sua estratégia pedagógica, pela qual seria feita a interface militar-civil respeitando-se os princípios da disciplina, ordem e hierarquia.

“ausência de saber” dos professores e instrutores, mas “insuficiência no transmitir”, embora, em favor desses atores sociais, possa-se advertir que

... a história não poderá deixar de reconhecer que a didática posta em prática no Realengo, embora pobre e deficiente [...] não perderá na comparação que se quiser fazer entre ela e aquelas utilizadas nas demais escolas superiores do País. Mais teórico, livresco e verbalista do que o ensino do Realengo foram aqueles ministrados, na época, aos engenheiros civis, aos médicos e aos bacharéis em direito (Motta, 1976, p. 357).

Os Regulamentos do ensino de 1898 até 1945, apontam que cabe à Pedagogia, considerando a finalidade e os princípios doutrinários do Exército, definir **o que e como** deve se dar a formação educacional na instituição. O **o que** está diretamente ligado à definição dos tipos de cursos, currículos a serem oferecidos. O **como** se refere aos “métodos” mais adequados para consecução dos objetivos do ensino, para o qual um órgão centralizador de toda organização do ensino militar foi sendo criado. No quadro do sistema de ensino, corresponde à Diretoria Geral do Ensino. Na década de 1930, chamou-se Inspeção Geral do Ensino e tinha a função de

... prestar reaes serviços [...] na codificação dos methodos e processos de ensino. Impõem-se-lhe a criação de uma secção de pesquisas pedagógicas, como ampliação da commissão de estudos psicologicos recentemente creada pelo E.M.E. [Estado Maior do Exército]. Semelhante secção colherá o que há de moderno em pedagogia, tratará de experimentar nas escolas e na tropa os processos e cuidará apóz da divulgação do que foi reconhecido como util. Ella exigirá officiaes especializados nos estudos pedagógicos e psicologicos e que por elles tenham muito gosto (A Defesa Nacional, 1937, p. 260).

Foi essa Inspeção que, ao longo do século XX, consolidou a doutrina prática do ensino e da instrução no Exército. Essa doutrina corresponde à teoria da educação militar, portanto, à Pedagogia no Exército.

Sombra (1937) reconhece no oficial um educador antes de tudo. Por isso, cabe ao Exército dotá-lo de “todos” os elementos precisos ao bom desempenho da função de homem que ensina: “não basta dizer-lhe **o que ensinar**, mas também **como deve ensinar**” (Sombra, 1937, p. 254). O instrutor deve conhecer não apenas o conteúdo específico a ser ensinado, mas, como consequência, as melhores formas de ensiná-lo.

A cada instrutor compete, de acordo com as suas condições pessoais, criar variações próprias dos processos de ensino, sem se afastar das diretrizes regulamentares, que correspondem a inalteráveis exigências da unidade de doutrina.

Para tanto, faz-se mister compreender o que se entende no Exército por ser humano, Psicologia, Educação e Pedagogia. O ser humano é constituído de um conjunto de reações hereditárias, habituais e de capacidades que lhe determinam a atividade e comportamento

no meio em que vive. A Psicologia objetiva estudar a atividade, o comportamento do ser humano, isto é, o conjunto de suas reações no seu *habitat* e/ou, em outros termos, preocupa-se cientificamente em apreender os processos mentais dos homens. Difere da educação, pois esta possui como função *sine qua non* produzir transformações úteis no ser humano, quer seja no caráter, quer seja de acúmulo de conhecimentos. Transformação quer indicar modificação, aperfeiçoamento e/ou “apuro” do indivíduo. A Pedagogia, como já tivemos oportunidade de expor, se constitui na teoria da educação que visa obter os melhores e mais seguros resultados na aplicação da instrução militar (Pereira, 1941a).

Uma possibilidade de captar a teoria pedagógica, a que esses conceitos oferecem suporte, requer a “quebra” deles nas seguintes perguntas: **com quê, por que meios e como** o ser humano aprende?

Com que aprende o homem? Com os recursos intelectuais ou as faculdades próprias, como a sensação, a percepção, a memória, a concentração, a imaginação, as quais lhe permitem assimilar os conhecimentos, bem como a habilidade de aplicá-los. É pelos sentidos que se captam as impressões do mundo exterior para posterior assimilação, análise, combinação no cérebro, onde se coordenam os impulsos necessários para produzir as reações ou respostas possíveis.

Por que meios se aprende? Pela verificação, pela prática, pela experiência, pela observação dos fatos e dos fenômenos.

Como se aprende? Estudando as causas e os efeitos dos fatos e fenômenos. O **saber** pode ser adquirido lendo ou ouvindo. O **saber fazer** só se aprende executando; daí o provérbio: “só forjando, conseguir-se-á ser ferreiro”. Atente-se que, no Exército, há o uso da exposição oral, todavia, na maior parte da formação, o instrutor e os instruídos terão que efetuar exercícios que os habilitem à execução correta de atos e/ou movimentos (Pereira, 1941a-b).

Esse fundamento se constitui numa orientação geral para a educação militar, mas é uma regra a ser cumprida, especificamente, pelo componente curricular denominado Educação Física, independentemente do meio civil ou militar onde ocorre. Exigência que caracteriza essa disciplina até hoje, apesar das abordagens teórico-metodológicas que estão em desenvolvimento desde a década de 1980.

Na tropa, considera-se um erro comum do instrutor pouco experiente pensar que “expor é ensinar”. Não resta dúvida de que “expor” é quase sempre uma parte necessária

da instrução, mas a exposição deve ser utilizada de modo que o aluno, antes de ter aprendido algum conhecimento, fique sabendo **como** e **em que** tem de utilizar o ensinamento exposto; é indispensável que ele aprenda a aplicá-lo. Os regulamentos recomendam que o instrutor deve limitar ao essencial os ensinamentos puramente teóricos, porque o melhor meio de instruir o homem é **fazê-lo agir**.

Como se pode observar, a Pedagogia militar privilegia algumas formas de transmissão de conhecimentos, como o “método” da demonstração, o “método” da ilustração e o “método” da exposição. O “método” da demonstração é o mais eficaz, na maioria dos casos, por atrair, manter a atenção e o interesse dos alunos; por tornar evidente a aplicação prática da noção teórica ministrada, de modo que ao instrutor “cabe fazer com que o ensino de qualquer noção, **seja sempre precedido ou seguido da demonstração prática de sua utilidade em campanha**” (Pereira, 1941b, p. 20).

Quando a demonstração é inviável, sugere-se o “método” da ilustração. Esse “método” consiste em apresentar aos instruendos figuras, modelos, fotografias, filmes, etc. que, pela imagem, concorrem para tornar mais concreto o ensino, facilitando a compreensão. A percepção visual é mais acentuada do que a auditiva, o que resulta numa aprendizagem melhor pela visão do que pelos ouvidos.

Já o “método” da exposição é o menos eficiente de todos. Consiste na intervenção oral (fala) pelo instrutor, que explica um assunto, uma situação, descreve as condições de uma ação, relata acontecimentos, fatos vividos, etc. Esse “método” ocorre, geralmente, sob a forma de conferência ou palestra e não se verifica se os ouvintes compreenderam o assunto, por isso os resultados obtidos são imprecisos. Deve ser de uso freqüente na formação de quadros de comando, isto é, em estudos avançados.

4 A Pedagogia Militar na Educação Física Brasileira

A Doutrina no Exército é regulamentada e não permite interpretações diversas. Isso nos remete ao Regulamento n. 7 ou método francês, como ficou conhecido na versão adotada pelo Exército no Brasil. Portanto, pretende-se colocar em relevo um projeto pedagógico para a Educação Física, construído sob a chancela dos militares, mas que não lhes pertence exclusivamente, pois vai além do que a doutrina do Exército possibilita na tropa.

As bases pedagógicas que orientam tal perspectiva partem do entendimento de que a Educação Física compreende e agrega os exercícios físicos, cuja “prática racional e

metódica” propicia ao homem obter “o mais alto grau de aperfeiçoamento físico” adequado a sua natureza. Os elementos centrais, que contribuem para esse fim, são as qualidades físicas e as qualidades morais. Acresce-se a essas qualidades a capacidade de utilizá-las com eficiência na vida cotidiana, inclusive aplicando-as no trabalho com “o máximo de rendimento e o mínimo de despesa e fadiga” (Estado Maior do Exército, 1934, p. 20). Conforme a doutrina pedagógica do Exército, pela Educação Física, trata-se de disciplinar movimentos e adquirir hábitos adaptáveis às aplicações úteis da vida. O próprio Estado Maior do Exército (1934, p. 20) reconhece que

Tal é a concepção nitidamente utilitária do Método Francês, cujos processos resultantes do conhecimento prático do homem em movimento, visam o desenvolvimento harmonioso e a melhor exploração de todas as qualidades físicas e morais que constituem o aperfeiçoamento real da natureza humana .

Esse utilitarismo condiciona os objetivos a serem obtidos, que podem ser de caráter religioso, médico, militar, econômico e profilático. Geralmente, a literatura indica que, do início do Período Republicano (1889) até o fim do Estado Novo (1937-1945), é conhecida a atuação dos médicos-higienistas, Exército e Igreja Católica na produção de uma “pedagogia do corpo”, que procurava controlar as energias corporais e carregá-las para o mundo do trabalho, uma vez que o processo de industrialização nascente e a ideologia da segurança nacional o exigiam (Lenharo, 1986; Horta, 1994). Conquanto esse argumento tenha recebido ênfase em vários estudos, não deve ser considerado como único, ou até como o mais plausível, quando cotejado com o texto do método francês relativo a adaptações profissionais e com a situação concreta de industrialização do Brasil no período. O texto afirma que

A educação física não tem por fim somente assegurar o desenvolvimento do organismo e de manter o indivíduo em boa saúde.

Ela pôde, por adaptações apropriadas a uma função profissional, militar, industrial, etc., aumentar o rendimento. Pensou-se, algumas vezes, que estas adaptações poderiam constituir por si sós, toda a educação física.

Por mais sedutora ou comoda que pareça essa teoria, ela é contestada tanto pelas leis fisiológicas, como pelos fatos (Estado Maior do Exército, 1934, p. 16).

Quando se considera apenas a ação militar como fundamento do trabalho do “homem de farda”, a condição física é decisiva. Portanto, o que se fez foi tentar extrapolar mecanicamente os objetivos da instituição militar para o âmbito de toda a sociedade (escola, hospital, asilo, fábrica, casa de detenção). Desnecessário dizer que essas instituições possuem códigos doutrinários particulares e mesmo distintos daqueles que sustentam uma instituição militar.

Os conteúdos clássicos do método francês são nesta ordem: os jogos que são mais apropriados para as crianças; a ginástica, predominantemente utilizada na instrução física militar, que, nesse caso, é composta dos flexionamentos, dos exercícios educativos e das aplicações que, por sua vez, compõem a lição de Educação Física, os esportes individuais e os esportes coletivos. O conteúdo predominante nas sessões era a ginástica, embora os esportes individuais (natação, atletismo) e esportes coletivos (basquetebol, futebol, rugby e water-polo) fossem preconizados em menor escala.

A transmissão do conhecimento dá-se por meio da sessão de estudos que é de execução (prática) dos exercícios escolhidos para cada classe. O processo de ensino das lições de Educação Física exigia do instrutor exposição oral e demonstração minuciosa e da classe, imitação precisa. Ao instrutor caberia: a) enunciar o movimento em voz clara e executá-lo em ritmos variados; b) mostrar os erros mais freqüentes; c) mandar executar o movimento “à vontade”, corrigindo os erros; e d) fazer toda a classe executar o movimento em velocidade variável e compatível com seu nível de habilidade.

A avaliação era feita periodicamente, mediante “exames práticos”, que consistiam de uma bateria de testes com padrão mínimo de rendimento. O aluno aprovado em tais exames fazia jus a um dos certificados oferecidos, a saber: certificado elementar de Educação Física aplicado aos alunos entre 13 e 16 anos; certificado secundário, aplicado aos alunos entre 16 e 18 anos; e certificado superior aplicado aos alunos entre 18 e 35 anos.

Observa-se, pelo exposto, que, no Exército, a execução do “método francês” se prendeu à “lição propriamente dita”, isto é, ao item “aplicações”, que corresponde as sete grandes famílias: marchar, trepar, saltar, levantar e transportar, correr, lançar, atacar e defender. Esse fato justifica em parte a opção metodológica por comando, demonstração e imitação. A avaliação “cobra” apenas o conteúdo treinado em padrões mínimos. Isso, posto para a instrução física da tropa, não nos autoriza a dizer que o mesmo se deu na escola. Primeiro, porque, no método francês, está prevista a aplicação de jogos prioritariamente para as crianças entre quatro e treze anos. Segundo, porque há dificuldade de sustentar que, mesmo um professor militar, graduado conforme a doutrina do método francês, o contrariasse em seus princípios mais caros: o seu caráter fisiológico, a faixa etária do grupo ao qual seria aplicado e as características do plano de Educação Física a ser executado. Terceiro, porque a dinâmica institucional da escola supõe um encaminhamento pedagógico diverso, o que pode ser encontrado, inclusive, nas páginas da *Revista de Educação Física*.

A Educação Física infantil é aquela praticada pelas crianças com idade fisiológica entre quatro e treze anos, subdivididas em grupos homogêneos (4 a 6, 6 a 9, 9 a 11 e 11 a 13 anos). O objetivo principal, até os nove anos, é desenvolver as qualidades físicas da criança “segundo as condições fisiológicas do crescimento” e a função respiratória, de modo a contribuir para assegurar a saúde. Para Martins (1933), o cumprimento desses objetivos deve ocorrer evitando-se o desenvolvimento muscular, as manobras de força, os esforços violentos e contrações muito localizadas, dado que o que se deseja é qualificar as grandes funções dos sistemas respiratório, circulatório e articular, isto é, higienizar.

Para esse ideário pedagógico, a forma mais adequada de se obter sucesso no trabalho é fazer uso da imitação, uma vez que as primeiras aquisições do cérebro infantil são oriundas da imitação. Assim, no cérebro se repete o mundo exterior, por isso a criança que imita é educável. O básico, nessa fase, é que o meio seja a imitação e o conteúdo, o jogo. Para brincar e imitar é que serve a infância, mas não só. À custa do jogo e da imitação é que se faz o desenvolvimento corporal e mental da criança.

Observou-se, no âmbito da *Revista de Educação Física*, um forte apelo a propostas que atendessem a tais prerrogativas. Ao que tudo indica, o trabalho de Baden Power foi visto como uma possibilidade consoante com os propósitos do Exército, uma vez que, o

... método do escotismo, como todos os outros métodos atuais da Educação Nova, [...] . Temos por isto, um meio educativo inteiramente novo, de vez que, aqui se afirmam de maneira a mais positiva todas as qualidades que devem ornar o indivíduo integralmente educado pelo desenvolvimento sistematizado: a) do caráter, por meio de boas companhias, culto da honra e do dever, disciplina pessoal, economia, sentimento da responsabilidade, trabalho manual, consciência de Deus nas leis da natureza, alegria, prática da religião, lealdade e altruísmo; b) da saúde, por meio da: vida ao ar livre (não praticando só exercícios físicos), consciência de sua própria responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento físico, prática da higiene e educação da saúde; c) da inteligência, pelo conhecimento da natureza, pela indução e dedução dos fatos da vida; pelos conhecimentos mais detalhadamente observados através dos ensinamentos práticos e utilitários.

Eis porque o escotismo - A ESCOLA POSITIVA - vem completar a sociedade, o trabalho da escola, mesmo que seja a ESCOLA NOVA, a ESCOLA ATIVA (Skinner, 1935, p. 40).

Paralelamente à implementação do escotismo, encaminham-se ações que concretizam o trabalho, via parques infantis e colônias de férias, como complementações pedagógicas realizáveis em períodos extra-escolares, mas necessariamente inclusos no projeto pedagógico da escola.

Nesse estágio é necessária a pergunta: que base teórica oferece suporte para uma proposta pedagógica para o Exército e para a escola brasileira nos moldes do que vem

sendo discutido nesta pesquisa? Após consulta às fontes, indica-se que as grandes linhas desse pensamento pedagógico assentam-se em Jean-Jacques Rousseau, William James, John Dewey, Edouard Claparède (FERREIRA NETO, 1999)..

5 Conclusão

A Pedagogia no Exército e na escola preconizada pelos militares tem seus pilares nos princípios doutrinários da disciplina e hierarquia, combinados com a Educação Física. Em relação a esta última, o estudo vem contribuir para o entendimento de que o projeto pedagógico criado e implantado tenha chancela militar, mas não lhe pertence exclusivamente, uma vez que há evidências de complementaridade com a produção intelectual de civis. Enfim, o estudo conclui que:

* A adoção oficial do método francês no Brasil não nos autoriza a afirmar que a militarização da Educação Física decorre dele inexoravelmente, uma vez que uma leitura precisa dessa proposta tem que reconhecer que há distinção entre a parte aplicada à tropa e a parte recomendável à escola. Todavia, apesar dos esforços empreendidos, o que predominou foi uma interpretação que transferiu a parte militar, isto é, as sete famílias do método, também à escola.

* A Psicologia é determinante na construção do pensamento pedagógico no Exército e na área de Educação Física em específico.

* A Pedagogia no Exército considerou sempre a Educação Física como área de intervenção aplicada que faz uso do conhecimento científico para se implementar e legitimar socialmente.

* O processo de escolarização da Educação Física brasileira se deu sempre no âmbito de uma teoria da educação em geral, quer seja pelo Exército, quer por intelectuais como Rui Barbosa, Fernando de Azevedo e Inezil Penna Marinho, marcadamente uma referência crescente, a partir de 1880 até 1950, ao pensamento que se consolidou como escolanovista.⁵

Em face do dito, já podemos dizer adeus aos militares e colocar na ordem do dia a necessidade da contribuição de uma intelectualidade civil que, conhecendo o projeto historicamente construído sob a chancela de um Estado que se militarizou e desmilitarizou nessa área, possa, então, trabalhar para superá-lo nos campos político e acadêmico.

⁵ As formas de apropriação, uso, consumo do movimento escolanovista em suas variantes pelo Exército brasileiro merecem uma pesquisa particular.

6 Referências

- A DEFESA NACIONAL**. Editorial. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 1-3, out. 1913.
- _____. A manobra de quadros. Rio de Janeiro, ano 11, n. 121, p. 833-834, nov. 1923.
- _____. Inspetoria do ensino militar. Rio de Janeiro, ano 24, n. 279, p. 259-260, 1937.
- ANDRADE, P., PORTELLA, S. Unidade de doutrina. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, ano 11, n. 131, p. 245-246, nov. 1924.
- CARVALHO, E. L. de. Outro aspecto de nosso voluntariado. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 140-142, fev. 1914.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1994.
- ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. **Regulamento de educação física (1ª parte)**. Rio de Janeiro: Biblioteca de “A Defesa Nacional”, 1934.
- FERREIRA NETO, A. **A pedagogia no exército e na escola**: a educação física brasileira (1880-1950). Aracruz, ES: FACHA, 1999.
- GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HORTA, J. S. B. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: a educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- LENHARO, A. **Sacralização da política**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1986.
- MARTINS, I. G. Educação física infantil. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 7, p. 35-36, abr. 1933.
- MOTTA, J. **A formação do oficial do exército**. Rio de Janeiro: Editora Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1976.
- PEREIRA, A. N. Metodos de instrução. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, ano 28, n. 325, p. 1067-1078, jun. 1941a.
- _____. Pedagogia. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, ano 28, n. 326, p. 17-31, jul. 1941b.
- SKINNER, G. características primaciais do escotismo. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 23, p. 39-40, jun. 1935.
- SOMBRA, S. Pedagogia no exercito. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, ano 24, n. 279, p. 252-258, 1937.